TL 5879

INTERVENÇÃO NA COMISSÃO EVENTUAL PARA O ACOMPANHAMENTO DA SITUAÇÃO EM TIMOR-LESTE

Exmº. Senhor Presidente
Exmºs Senhores Deputados

Agradeço o convite que me fizeram para vos transmitir parte das minhas reflexões sobre a actual e futura situação em Timor-Leste e o que ela nos impõe enquanto cidadãos e responsáveis políticos neste país.

Faço-o num dia particularmente significativo para o povo timorense: há 24 anos exactamente, perante a cobardia e a indiferença do mundo, a Indonésia invadia oficialmente o território de Timor-Leste. Logo nessas horas aconteceu o que viria a tornar-se uma prática sistemática, até há escassos três meses atrás: centenas de pessoas eram assassinadas a sangue frio, nomeadamente na ponte-cais de Díli. Nessa altura tornou-se também mais inabalável a vontade de liberdade do povo maubere.

Faço-o a título pessoal, mas utilizando a minha experiência em vários domínios complementares e a constante troca de ideias e intervenção conjunta com muitos colegas da Comissão para os Direitos do Povo Maubere (CDPM), do Centro de Informação e Documentação Amílcar Cabral (CIDAC), do Centro para a Cidadania Timorense (CCT) e da Plataforma Portuguesa das Organizações Não-Governamentais para o Desenvolvimento (ONGD).

Dividiria esta apresentação em duas partes: por um lado, quero chamar a atenção para a continuidade da violação dos direitos humanos do povo de Timor-Leste e a acção urgente que a situação reclama; e, por outro, desejo relembrar que os compromissos que o Estado e a sociedade portugueses têm vindo a assumir no âmbito do apoio à reconstrução do país exigem mais do que disponibilizar financiamento ou realizar um conjunto de acções.

Entendo que, mais do que eventualmente parece, Timor-Leste continuará a colocar-nos durante os próximos anos perante grandes desafios.

1. De acordo com várias estimativas que têm sido tornadas públicas, há neste momento entre 80.000 e 300.000 timorenses cujo paradeiro é desconhecido. Tomando como base estimativas feitas a partir do recenseamento eleitoral realizado pela UNAMET em Julho/Agosto deste ano, e tendo em conta todos os números avançados para os timorenses que permanecem no território, somados aos que se presume estarem em Timor Ocidental e noutras partes da Indonésia, faltam localizar entre uma e três centenas de milhar de timorenses.
Perante a gravidade desta situação, as ONG querem que
a) se localizem e identifiquem seria e rapidamente os timorenses refugiados e deportados na Indonésia;
b) que se proceda a uma localização completa e a uma identificação clara dos timorenses em Timor-Leste
c) que se verifique o número de timorenses que sairam do território depois do anúncio dos resultados, nomeadamente para a Austrália e Portugal (incluindo os que o fizeram via Macau)
d) que se recolham informações sistemáticas sobre os mortos e desaparecidos,

para que, do conjunto destas operações, se possa chegar a uma conclusão credível sobre o número de timorenses de facto desaparecidos. As ONG lembram que esta informação será importantíssima para o prosseguimento e a credibilidade das investigações em curso ao abrigo da decisão da Comissão de Direitos Humanos votada em Setembro último.

2. A situação dos timorenses refugiados e deportados na Indonésia continua a ser dramática. Na região de NTT são ainda cerca de 170.000 (cerca de 1/4 do total da população de Timor-Leste); estão à mercê das milícias e das forças militares e policiais indonésias que cooperam estreitamente com as milícias, são sujeitos a perseguições, violações e abusos sexuais, desaparecimentos involuntários, incluindo raptos de crianças que poderão vir a ser colocadas nos circuitos de prostituição e venda de menores a partir de Jacarta e Denpasar (segundo o relatório de uma ONG indonésia que realizou uma investigação in loco). As condições sanitárias em que se encontram são deploráveis e a época das chuvas tem aumentado o número de casos de doença e morte. Nas últimas três semanas o fluxo de entradas em Timor-Leste diminuiu abruptamente, na ordem dos 75%.
As autoridades indonésias continuam a praticar o jogo do gato e do rato, incapazes de conter o poder e as vontades dos militares. O próprio Presidente A. Wahid declarou em Washington (11.11.99) que o programa para os refugiados que querem voltar deve decorrer sem impedimentos - *"disse isso várias vezes aos meus militares, mas entre dizer e fazer há uma enorme diferença"*. O embaixador norte-americano Richard Holbrooke afirmou em Atambua (22.11.99), que havia duas facções no governo indonésio: *"os reformistas como o Presidente e o reaccionários"*. Entre os últimos *"muitos deles estão fardados, e muitos são corruptos, e muitos são provavelmente crimonosos de guerra"*. Por isso, *"a resposta ao problema dos campos pode ser um indicador da via pela qual o país se encaminha; se este campo estiver aqui dentro de 4 ou 6 semanas, você pode saber que são as pessoas erradas que controlam os acontecimentos no seio dos militares da Indonésia"*.
Para que todos os timorenses possam decidir livremente se desejam ou não regressar a Timor-Leste, e para que o possam fazer em total segurança, as ONG exigem que
a) os campos de refugiados sejam colocados sob controlo internacional
b) as milícias sejam definitiva e comprovadamente desarmadas
c) sejam demitidos e substituídos os responsáveis militares locais e regionais que colaboram ou condescendem com esta situação
d) não sejam retomadas as vendas de armas à Indonésia, nomeadamente por parte dos EUA e da União Europeia, antes de estar completamente resolvido este problema.

3. A situação na Indonésia, apesar dos progressos realizados, não está ainda segura do ponto de vista do reconhecimento das liberdades e garantias fundamentais, nem do ponto de vista da construção de um Estado de Direito e de um regime democrático. Os erros cometidos durante décadas em regiões como Aceh, a Papua Ocidental ou as Molucas, entre outros, colocam sérios dilemas à manutenção da paz e ao reforço da democracia. Os próximos meses podem ser decisivos e Portugal, ao assumir a Presidência da União Europeia, estará numa posição de particular responsabilidade. Todos sabemos a importância que têm para os nossos parceiros europeus o mercado e a zona geo-estratégica em que se insere a Indonésia. Como sempre, a pressão será muita para fechar os olhos às violações de direitos humanos. Entre outras matérias de relevo para Timor-Leste, mas também para a própria sociedade indonésia, é importante que os crimes cometidos no território sejam internacionalmente julgados. Portugal tem a obrigação de ser exigente para com o novo poder em Jacarta.

4.Encaremos agora a reconstrução de Timor Lorosae. Politicamente, é fundamental que o Governo e os outos orgãos de soberania reconheçam o CNRT não como o único, mas claramente como o principal interlocutor durante a fase de transição. Na teoria e na prática, esta relação tem sido sempre marcada pela ambiguidade, quer por via de experiências dos anos 70, por alguns consideradas como traumatizantes no que diz respeito a outras ex-colónias, quer por via do desejo de não conceder demasiado crédito a um corpo político não eleito. Se ambas as questões têm a sua razão de ser, o facto é que o CNRT é uma organização política plural, os seus responsáveis já declararam que a sua vida será de curta duração e é evidente que nesta fase, não há alternativa. Neste contexto, Portugal deve activar o Grupo governamental de Ligação com o CNRT, entendido não como um mero gesto simbólico, mas como um forum estratégico de concertação e coordenação de esforços, deve conceder apoio financeiro ao CNRT, na dupla perspectiva da capacitação dos quadros da futura Nação e do reforço institucional timorense e deve defender na arena internacional, sem rodeios nem hesitações, esta concepção para a difícil fase de transição.

5. Timor-Leste, em momentos que ficarão nas nossas memórias e na história do nosso país, marcou o pleno da solidaridade activa portuguesa. Continua a haver um grande empenho na contribuição que possamos dar para a reconstrução do país. Mas os responsáveis, tanto da classe política como da sociedade civil, não podem ignorar o facto comprovado de que a dedicação, a boa-vontade e a emoção não chegam para fazer cooperação. Corremos seriamente o risco de repetir erros crónicos que, aliás, motivaram a decisão "estranha" (se vista de fora, à luz da experiência internacional nesta matéria) de constituir um novo corpo orgânico dedicado à cooperação com Timor-Leste, ao lado das instituições já existentes. É possível que, face às debilidades de que padece o sistema de cooperação nacional, que todos conhecemos, e perante as excepcionais responsabilidades, a vários títulos, que a situação de Timor-Leste exigia, não houvesse melhor proposta. Mas a solução encontrada coloca o problema real de podermos vir a viver, a breve prazo, num regime de "um país, dois sistemas". O risco só terá valido a pena se os ganhos forem substanciais.

6. Falta uma concepção estratégica à cooperação com Timor, que teria como corolário uma concentração de esforços em áreas específicas, de vantagens seguras para a sociedade timorense e nas quais o nosso país pudesse reforçar a sua experiência e ganhar competências para o futuro. O senhor Presidente da República chamou a atenção para este ponto, poucos dias antes da visita a Lisboa do Presidente do CNRT, Xanana Gusmão. Há, pelo menos, três razões que tornam esta opção difícil e que por isso exigem clareza de espírito e determinação política: a prática, já com décadas, do chamado "modelo de cooperação descentralizada" que mais não é do que um eufemismo para a total dispersão e amadorismo da intervenção portuguesa neste domínio; a mobilização de todos os portugueses para a causa timorense e o estatuto de reconhecimento que as acções em seu favor concedem, o que proporciona a criação de um elevado conjunto de propostas e iniciativas; e, novidade em estreia absoluta na área da cooperação, a existência de meios financeiros, garantidos quer pelo Governo, quer pela multiplicidade de acções da sociedade civil.

7. A concretização de uma estratégia definida em concertação com a parte timorense e que teria de ter também em conta as instâncias multilaterais e bilaterais, requereria uma prática baseada em três pilares fundamentais: a escolha de recursos humanos qualificados e especializados, a coordenação entre os vários actores - afectos ao sector oficial e municipal, ao movimento não-governamental e à área empresarial - e a avaliação sistemática dos processos, programas e projectos. Reconhecemos que não há esta tradição no nosso país, que algumas tentativas

existem mas não são muito efectivas, mas que esta poderia ser uma ocasião para se darem passos concretos, através de medidas inovadoras. Por exemplo, porque não concertar uma troca regular e sistematizada de avaliação das experiências de ensino da Língua Portuguesa em Timor Lorosae, levadas a cabo por diversas instituições? Porque não criar um "forum" sobre a formação profissional, domínio onde certamente os vários actores acima identificados estão a preparar intervenções específicas? Porque não aproveitar para lançar um apelo e um apoio à investigação-acção em matéria de ajuda humanitára e de cooperação para o desenvolvimento?

8. A transparência deverá ser uma exigência de todos neste caso. Porque há muitos recursos envolvidos, incluindo uma parte significativa de meios oferecidos ao Estado pela sociedade civil, o que constitui, aliás, um caso único nos países industrializados. Porque se criaram muitas expectativas ao povo e aos responsáveis timorenses, não só quanto à vontade (que não está em causa), mas também quanto à capacidade da actuação portuguesa. Porque o processo é, ele próprio, exigente, em termos de visão estratégica, de concertação nacional e internacional, de calendário, de opções adequadas às características da sociedade timorense. O Estado tem de prestar contas, não só de como gastou os meios ao seu dispôr, mas também das razões que presidiram às escolhas feitas. Neste sentido, e como forma de facilitar também a concertação entre actores, sugere-se a criação, a curto prazo, de uma Página na Internet com a lista, actualizada, dos projectos aprovados pelo Estado ou por ele co-financiados.

9. Finalmente, gostaria de chamar a atenção para o facto de que não deverá ser a angariação de recursos financeiros, tanto a nível nacional como internacional, a nossa única e central preocupação. A reconstrução de Timor Lorosae exigirá muitos meios, certamente, mas por um período prolongado, e não só na fase de transição. Mas mais importante do que isso, será a forma como os recursos forem empregues, ao serviço dos timorenses (e não, prioritariamente, das instâncias internacionais) e do seu futuro sustentado, ou seja, numa perspectiva exigente de promoção da autonomia e da qualidade de gestão do país. Algumas ONG estrangeiras, com anos de experiência em Timor-Leste, têm reconhecido as limitações de absorção de fundos por parte da sociedade timorense. Impõe-se, por isso, uma adequada distribuição de meios externos, decidida em parceria com as instituições timorenses, de acordo com critérios baseados em avaliações compartilhados. Esta postura exige visão de longo prazo, tempo, esforço e recursos humanos qualificados. É disso que precisamos, é este o desafio que se nos coloca neste preciso momento.

Luísa Teotónio Pereira
Lisboa, 7 de Dezembro de 1999